



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as informações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Ammore Créditos, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$10.248 milhões em 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 - R\$9.999 milhões). O lucro líquido apresentado no acumulado do exercício de 2012 foi de R\$1.064 milhões em comparação a R\$970 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos totais atingiram R\$52.466 milhões (31/12/2011 - R\$52.840). Desse montante, R\$28.296 milhões (31/12/2011 - R\$36.729 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$13.576 milhões (31/12/2011 - R\$1.207 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$4.125 milhões (31/12/2011 - R\$6.337 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$35.767 milhões (31/12/2011 - R\$32.996 milhões), representado por depósitos.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica seguiu em lenta recuperação ao longo do quarto trimestre. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, foi de 0,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2011, acima do crescimento de 0,5% visto no segundo trimestre de 2012. Os investimentos mostraram redução de 5,6%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 3,4%, no mesmo período. No lado da oferta, o destaque negativo ficou para a indústria, cuja produção apresentou redução de 1,0%, comparado ao terceiro trimestre de 2011. Esta dinâmica reflete o contraste entre o bom ambiente doméstico, com emprego e renda em alta, e o fraco cenário global.

Os preços ao consumidor medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançaram 5,84% nos doze meses até dezembro, patamar acima dos 5,28% observados em setembro. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, em razão principalmente do impacto desinflacionário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. Neste contexto de atividade mais

fraca e inflação dentro dos intervalos das bandas da meta, o Bacen encerrou o ciclo de afrouxamento monetário de -500 pb, mantendo a taxa básica de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 7,25% a.a., o menor patamar da série histórica.

Em linha com esta redução, as taxas de juros cobradas pelos bancos também continuaram a cair. Em dezembro a taxa média cobrada no crédito à pessoa física era de 34,6% a.a., o menor patamar desde o início da série. O estoque de crédito avançou 16,2% em doze meses encerrados em dezembro, ultrapassando o patamar de R\$2,3 trilhões (53,5% do PIB), também um recorde histórico. O crédito imobiliário, que cresce a um ritmo de 38,2% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global mais frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que reduziram 5,3% no acumulado de 2012, em comparação com o ano anterior. As importações também tiveram uma leve contração, de 1,4% no mesmo período, refletindo moeda e demanda mais fraca. Como resultado, o superávit comercial em 2012 alcançou US\$ 19,5 bilhões, abaixo dos US\$ 29,8 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

Ainda assim, o déficit em transações correntes permaneceu relativamente estável, em torno dos US\$ 50 bilhões no período de doze meses encerrado em dezembro, com a contração nas remessas de lucros e dividendos para o exterior compensando o menor resultado comercial. Do lado do financiamento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (US\$ 65,3 bilhões) continua a exceder com folga o déficit em transações correntes. Ao final do quarto trimestre, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,04/US\$.

Nas contas públicas, as várias reduções de impostos anunciadas pelo governo para estimular a economia, combinadas ao menor ritmo de atividade econômica, levaram a uma arrecadação de impostos mais fraca e consequentemente a um menor superávit primário, que alcançou 2,25% do PIB nos doze meses encerrados em novembro. Contudo, a queda nas taxas de juros manteve as necessidades de financiamento do setor público relativamente estáveis em 2,7% do PIB neste período. A dívida líquida do setor público alcançou 35,2% do PIB ao final de novembro.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício de 2012, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da Santander Leasing agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Barueri, fevereiro de 2013
O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011	
Ativo Circulante		35.361.836	35.414.559	Passivo Circulante		3.549.374	4.247.391
Disponibilidades	4&16.d	29.890	46.221	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	254	3.800
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	28.296.392	33.572.853	Instrumentos Financeiros Derivativos		254	3.800
Aplicações no Mercado Aberto	4	1.000.136	-	Outras Obrigações		3.549.120	4.243.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.296.392	32.572.717	Sociais e Estatutárias		407	346
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	6.410.212	1.206.755	Fiscais e Previdenciárias	12	1.204.803	1.435.909
Carteira Própria		6.383.523	1.161.407	Diversas	13	2.343.910	2.807.336
Vinculados à Prestação de Garantias		26.689	45.348				
Operações de Arrendamento Mercantil		(23.594)	(50.854)	Passivo Exigível a Longo Prazo		38.668.786	38.592.825
Arrendamentos a Receber:				Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	11&16.d	35.767.196	32.995.982
Setor Público	6.b	1.084	1.477	Recursos de Debêntures		35.767.196	32.995.982
Setor Privado	6.b	1.913.852	2.624.006	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	365	410
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.855.208)	(2.536.216)	Instrumentos Financeiros Derivativos		365	410
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(83.322)	(140.121)	Outras Obrigações		2.901.225	5.596.433
Outros Créditos		633.494	608.197	Fiscais e Previdenciárias	12	1.104.069	1.627.271
Rendas a Receber		4	-	Diversas	13	1.797.156	3.969.162
Créditos Tributários	7	420.103	584.197				
Diversos	8	213.406	24.018	Patrimônio Líquido	15	10.247.510	9.999.296
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(19)	(18)	Capital Social:			
Outros Valores e Bens		15.442	31.387	De Domiciliados no País		9.720.030	9.720.030
Outros Valores e Bens	6.b	12.716	22.679	Reservas de Lucros		500.830	279.266
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.649)	(3.551)	Ajustes de Avaliação Patrimonial		26.650	-
Despesas Antecipadas		5.375	12.259				
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.001.817	4.610.328				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	-	3.156.537				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	3.156.537				
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	7.166.197	-				
Carteira Própria		7.145.527	-				
Vinculados à Prestação de Garantias		20.670	-				
Operações de Arrendamento Mercantil		(84.369)	(146.441)				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Público	6.b	1.841	2.926				
Setor Privado	6.b	1.771.102	3.012.344				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.741.756)	(2.955.633)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(115.556)	(206.078)				
Outros Créditos		1.913.233	1.584.755				
Créditos Tributários	7	436.295	572.514				
Diversos	8	1.476.951	1.012.309				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(13)	(68)				
Outros Valores e Bens		6.756	15.477				
Despesas Antecipadas		6.756	15.477				
Permanente		8.102.017	12.814.625				
Investimentos		1	1				
Outros Investimentos		817	817				
(Provisões para Perdas)		(816)	(816)				
Imobilizado de Uso	9	64	1				
Imóveis de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		81	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.403)				
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	8.101.952	12.814.623				
Bens Arrendados		11.511.390	16.049.854				
(Depreciações Acumuladas)		(3.409.438)	(3.235.231)				
Total do Ativo		52.465.670	52.839.512	Total do Passivo		52.465.670	52.839.512

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Receitas da Intermediação Financeira		3.261.123	5.751.899	7.062.718
Operações de Arrendamento Mercantil		1.714.331	2.434.441	3.195.594
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.546.890	3.317.989	3.868.411
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	(98)	(531)	(1.287)
Despesas da Intermediação Financeira		(3.563.388)	(6.295.104)	(7.299.680)
Operações de Captação no Mercado		(1.299.480)	(2.816.547)	(3.432.176)
Operações de Arrendamento Mercantil	16.d	(2.345.977)	(3.593.796)	(3.986.755)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	82.069	115.239	119.251
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(302.265)	(543.205)	(236.962)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		120.667	(6.520)	(158.676)
Receitas de Prestação de Serviços		1.431	3.074	3.688
Rendas de Tarifas Bancárias		210	655	7.242
Outras Despesas Administrativas		(57.779)	(101.767)	(98.704)
Despesas Tributárias	17	(55.793)	(87.233)	(56.963)
Outras Receitas Operacionais	17	325.183	416.641	249.607
Outras Despesas Operacionais	18	(92.585)	(237.890)	(264.546)
Resultado Operacional		(181.598)	(549.725)	(396.638)
Resultado não Operacional	19	917.263	1.819.257	1.744.331
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		735.665	1.269.532	1.347.693
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(100.873)	(205.668)	(377.865)
Provisão para Imposto de Renda		151.035	168.094	13.918
Provisão para Contribuição Social		7.584	(73.469)	(106.774)
Ativo Fiscal Diferido		(259.492)	(300.293)	(285.009)
Lucro Líquido		634.792	1.063.864	969.828
Nº de Ações (Mil)				
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	15.a	11.044.653	11.044.653	11.044.653
		57,48	96,32	87,81

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Continua...



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	9.169.828	550.202	169.438	2.768.217	2	-	12.657.687
Incorporação - Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	15.a	546.275	(546.275)	-	-	-	-
Aumento de Capital	15.a	3.927	(3.927)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(2.768.217)	-	-	(2.768.217)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	969.828	969.828
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	48.492	-	-	(48.492)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(610.000)	(610.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	(30.668)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	(30.668)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	9.720.030	-	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	26.650	-	26.650
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.063.864	1.063.864
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	53.194	-	-	(53.194)	-
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(400.000)	-	(442.300)	(400.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(442.300)	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	(284.185)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	(284.185)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	9.720.030	-	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Saldos em 30 de Junho de 2012	9.720.030	-	239.384	468.954	7	-	10.428.375
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	26.643	-	26.643
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	634.792	634.792
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	31.740	-	-	(31.740)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(442.300)	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	-	(80.376)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	-	(80.376)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	9.720.030	-	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/07 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	634.792	1.063.864	969.828
Ajustes ao Lucro Líquido	(446.344)	(687.257)	(34.663)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f (82.069)	(115.239)	(119.251)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(151.916)	(482.116)	(126.525)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	(211.076)	(86.993)	220.208
Depreciações e Amortizações	-	1	-
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(391)	(902)	2.124
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(892)	(2.008)	(1.344)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	(9.875)
Variações em Ativos e Passivos	(323.246)	(524.567)	2.540.340
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.982.686	7.528.878	(3.835.084)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.814.909)	(12.325.096)	(131.873)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil	840.680	2.177.404	3.343.164
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(265.655)	(654.047)	(243.875)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	6.506	15.605	7.139
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.254.147	2.771.214	3.432.176
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	87.617	713.166	512.205
Imposto Pago	(414.318)	(751.691)	(543.512)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	(134.798)	(147.960)	3.475.505
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(64)	(64)	-
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	-	-	10.319
Alienação de Bens não de Uso Próprio	1.516	3.467	6.221
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento	1.452	3.403	16.540
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(775.894)	(775.894)	(3.593.082)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	(775.894)	(775.894)	(3.593.082)
(Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(909.240)	(920.451)	(101.037)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4 1.068.164	1.079.375	1.180.412
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4 158.924	158.924	1.079.375

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011		
Receitas da Intermediação Financeira	5.751.899	7.062.718		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	3.729	10.930		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f 115.239	119.251		
Outras Receitas e Despesas	1.998.008	1.729.392		
Despesas da Intermediação Financeira	(6.410.348)	(7.418.931)		
Insumos de Terceiros	(101.766)	(98.704)		
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(14.820)	(16.127)		
Outros	(86.946)	(82.577)		
Valor Adicionado Bruto	1.356.766	1.404.656		
Retenções	(1)	-		
Depreciações	(1)	-		
Valor Adicionado Líquido Produzido/a Distribuir	1.356.765	1.404.656		
Distribuição do Valor Adicionado				
Impostos, Taxas e Contribuições	292.901	21,6%	434.828	31,0%
Federais	284.697		424.094	
Municipais	8.204		10.734	
Remuneração de Capitais Próprios	1.063.864	78,4%	969.828	69,0%
Dividendos	15.b 400.000		250.000	
Juros sobre o Capital Próprio	15.b 442.300		610.000	
Reinvestimentos de Lucros	221.564		109.828	
Total	1.356.765	100,0%	1.404.656	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando uma rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rii.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Continua...



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

1.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

1.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

1.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual.

A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

1.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Leasing. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 14.1).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 14.a).

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Leasing na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013. As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

n) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	29.890	46.221	39.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	129.034	1.033.154	1.141.057
Aplicações no Mercado Aberto	-	1.000.136	1.000.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.034	33.018	141.057
Total	158.924	1.079.375	1.180.412

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

l) Resumo da Carteira por Categorias

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no:		31/12/2012	31/12/2011	
		Resultado	Patrimônio Líquido			Valor Contábil
						Valor Contábil
Títulos para Negociação	56.594	4	-	56.598	1.206.755	
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	53.200	4	-	53.204	45.559	
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	3.394	-	-	3.394	1.161.196	
Títulos Disponíveis para Venda	13.471.662	-	48.149	13.519.811	-	
Títulos Públicos	7.129.583	-	48.149	7.177.732	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.678	-	(8)	20.670	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.106.665	-	20.105	1.126.770	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.002.240	-	28.052	6.030.292	-	
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.342.079	-	-	6.342.079	-	
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	13.528.256	4	48.149	13.576.409	1.206.755	
Longo Prazo				6.410.212	1.206.755	
Derivativos (Passivo) Circulante	(411)	(208)	-	(619)	(4.210)	
Longo Prazo				(254)	(3.800)	
				(365)	(410)	

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2012				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	3.394	19.807	33.397	-	56.598
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	19.807	33.397	-	53.204
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	3.394	-	-	-	3.394
Títulos Disponíveis para Venda	6.342.079	11.535	20.670	7.145.527	13.519.811
Títulos Públicos	-	11.535	20.670	7.177.732	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	20.670	-	20.670
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	11.535	-	1.155.235	1.126.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	6.030.292	6.030.292
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.342.079	-	-	-	6.342.079
Total	6.345.473	31.342	54.067	7.145.527	13.576.409

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2012, é composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Notas do Tesouro Nacional - NTN F no valor de R\$2.292.918, NTN B de R\$2.695.342, Letras do Tesouro Nacional - LTN de R\$700.837, Letras Financeiras do Tesouro - LFT de R\$653.188 e valores a pagar no valor de R\$206. Em 31 de dezembro de 2011, composto principalmente, por aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais por Notas do Tesouro Nacional - NTN - B.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap" - Negociação		(411)	(619)		(3.498)	(4.210)
Ativo	3.030	3.030	3.030	38.452	38.452	38.447
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.030	3.030	3.030	38.452	38.452	38.447
Passivo	3.441	(3.441)	(3.649)	41.950	(41.950)	(42.657)
Taxa de Juros Pré - Reais	3.441	(3.441)	(3.649)	41.950	(41.950)	(42.657)

As operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, das quais R\$672 possuem vencimento em até 3 meses, R\$936 de 3 a 12 meses e R\$1.422 acima de 12 meses.

O montante do diferencial do "swap" corresponde a um passivo no valor de R\$619 (31/12/2011 - R\$4.210).

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

A Santander Leasing efetuou a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2012, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(3.694)	(79.808)	(149.190)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.249)	(12.184)	(23.998)
Total ⁽¹⁾		(4.943)	(91.992)	(173.188)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	4.121.815	6.331.899
Outros Créditos (Nota 8)	3.641	4.638
Total	4.125.456	6.336.537
Circulante	2.303.997	3.320.846
Longo Prazo	1.821.459	3.015.691

⁽¹⁾ Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2012	31/12/2011
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	4.817.236	7.789.324
Arrendamentos a Receber	3.687.879	5.640.753
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.129.357	2.148.571
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.596.964)	(5.491.849)
Valores Residuais a Balancear	(1.129.357)	(2.148.571)
Bens não de Uso Próprio	10.067	19.128
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	8.101.952	12.814.623
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(4.081.119)	(6.650.756)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	4.121.815	6.331.899

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$695.421 (31/12/2011 - R\$1.457.425).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2012		31/12/2011	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas	140.608	206.761	-	-
A Vencer:				
Até 3 Meses	709.651	1.009.320	-	-
De 3 a 12 Meses	1.740.210	2.604.983	-	-
De 1 a 5 Anos	2.218.387	3.961.618	-	-
Acima de 5 Anos	8.380	6.642	-	-
Total	4.817.236	7.789.324	-	-
c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas	92.466	137.788	-	-
A Vencer:				
Até 3 Meses	728.646	1.013.721	-	-
De 3 a 12 Meses	1.575.351	2.307.125	-	-
De 1 a 5 Anos	1.725.854	2.875.362	-	-
Acima de 5 Anos	3.139	2.541	-	-
Total	4.125.456	6.336.537	-	-

Continua...



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira por Setor de Atividades ao valor Presente

	31/12/2012	31/12/2011
Setor Privado	4.119.381	6.328.326
Indústria	407.893	496.000
Comércio	387.176	509.849
Instituições Financeiras	51	291
Serviços e Outros	1.538.230	1.306.018
Pessoas Físicas	1.786.031	4.016.168
Setor Público	8.075	8.211
Governo Municipal	8.075	8.211
Total	4.125.456	6.336.537

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2012			
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	952.681	-	952.681	-
A	0,5%	2.094.214	-	2.094.214	10.471
B	1%	337.631	169.213	506.844	5.069
C	3%	107.788	173.232	281.020	8.431
D	10%	3.696	58.771	62.467	6.247
E	30%	11.457	35.207	46.664	13.999
F	50%	4.411	34.285	38.696	19.348
G	70%	994	24.090	25.084	17.559
H	100%	3.290	114.496	117.786	117.786
Total		3.516.162	609.294	4.125.456	198.910

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2011			
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	1.486.344	-	1.486.344	-
A	0,5%	3.724.868	-	3.724.868	18.624
B	1%	71.700	234.866	306.566	3.066
C	3%	74.096	265.946	340.042	10.201
D	10%	11.557	101.897	113.454	11.345
E	30%	4.324	55.216	59.540	17.862
F	50%	8.104	57.003	65.107	32.554
G	70%	288	34.283	34.571	24.200
H	100%	5.212	200.833	206.045	206.045
Total		5.386.493	950.044	6.336.537	323.897

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de arrendamento e outros créditos com características de concessão de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	346.285	519.154
(Reversões)/Constituições	(115.239)	(119.251)
Baixas	(32.136)	(53.618)
Saldo Final	198.910	346.285
Circulante	83.341	140.139
Longo Prazo	115.569	206.146
Créditos Recuperados⁽¹⁾	85.332	84.653

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.147	50.067	(127.804)	132.410
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	10.826	15.516	(15.243)	11.099
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	231.583	74.226	(132.779)	173.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	4	-	54
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	320	-	(227)	93
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	-	3	-	3
Outras Provisões Temporárias	23.529	3.648	-	27.177
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	476.455	143.464	(276.053)	343.866
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	770.482	-	(271.463)	499.019
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	1.261.083	143.464	(547.516)	857.031
Créditos não Registrados	(104.372)	-	103.739	(633)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.156.711	143.464	(443.777)	856.398
Circulante	584.197			420.103
Longo Prazo	572.514			436.295

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273.463	50.870	(114.186)	210.147
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	9.477	3.677	(2.328)	10.826
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	181.886	119.671	(69.974)	231.583
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	107	-	(57)	50
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	508	-	(188)	320
Outras Provisões Temporárias	16.331	7.198	-	23.529
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	481.772	181.416	(186.733)	476.455
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	946.455	-	(175.973)	770.482
Contribuição Social - MP 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	1.442.373	181.416	(362.706)	1.261.083
Créditos não Registrados	(633)	(103.739)	-	(104.372)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.441.740	77.677	(362.706)	1.156.711
Circulante	559.099			584.197
Longo Prazo	882.641			572.514

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Prejuízos Fiscais Base -				Total Registrados
	IRPJ	CSLL PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	
2013	124.203	46.927	5	234.822	420.103
2014	31.328	21.166	5	200.908	253.407
2015	58.912	37.594	-	10.679	107.185
2016	1.394	837	-	27.934	30.165
2017	12.816	7.689	-	24.508	45.013
2018 a 2020	219	132	-	168	519
2021 a 2022	4	2	-	-	6
2023 a 2025	396	237	-	-	633
Total	229.272	114.584	10	499.019	857.031

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$792.470 (31/12/2011 - R\$1.082.673) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$792.142 (31/12/2011 - R\$1.036.509), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Depósitos em Garantia	794.823	361.739
Para Interposição de Recursos Fiscais	357	219
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	22.591	49.281
Outros	152.398	138.784
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 14.h)	655.401	426.457
Impostos e Contribuições a Compensar	3.199	4.253
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	3.641	4.638
Outros	57.947	50.956
Total	1.690.357	1.036.327
Circulante	213.406	24.018
Longo Prazo	1.476.951	1.012.309

9. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está composto, principalmente, por edificações.

10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Veículos e Afins	8.965.302	13.762.186
Máquinas e Equipamentos	2.296.021	2.021.575
Aeronaves	23.469	26.872
Embarcações	9.000	14.178
Instalações	489	489
Imóveis	4.392	5.288
Móveis	10.576	13.097
Outros Bens	10.481	8.055
Depreciações Acumuladas	(7.868.435)	(10.823.910)
Superveniência de Depreciação	4.458.997	7.588.679
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	171.660	198.114
Total	8.101.952	12.814.623

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No exercício de 2012, foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$3.129.682 (2011 - R\$1.634.209), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Banco 1.429/1989.

11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Juros (a.a.)	31/12/2012	31/12/2011
Debêntures setembro-07	setembro-17	5.000.000	R\$5.000.000	100,0%	CDI	8.477.017	7.820.238
Debêntures agosto-06	agosto-16	410.000	R\$4.100.000	100,0%	CDI	7.927.728	7.313.507
Debêntures junho-07	junho-17	410.000	R\$4.100.000	100,0%	CDI	7.151.675	6.597.581
Debêntures junho-05	junho-15	150.000	R\$1.500.000	100,0%	CDI	3.508.970	3.237.103
Debêntures março-06	março-16	150.000	R\$1.500.000	100,0%	CDI	3.082.312	2.843.502
Debêntures setembro-05	setembro-20	120.000	R\$1.200.000	100,0%	CDI	2.678.027	2.470.533
Debêntures abril-06	abril-21	100.000	R\$1.000.000	100,0%	CDI	2.005.741	1.850.319
Debêntures junho-05	junho-20	400.000	R\$400.000	100,0%	CDI	935.726	863.199
Debêntures julho-12	julho-32	500.000	R\$5.000.000	100,0%	CDI	5.153.517	-
Total						40.920.713	32.995.982
(-) Debêntures em Tesouraria	julho-32	500.000	R\$5.000.000	100,0%	CDI	(5.153.517)	-
Total em Circulação (Longo Prazo)						35.767.196	32.995.982

12. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Tributos Diferidos	1.136.253	1.897.183
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	872.695	981.290
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 14.h)	152.398	138.784
Impostos e Contribuições a Pagar	147.526	45.923
Total	2.308.872	3.063.180
Circulante	1.204.803	1.435.909
Longo Prazo	1.104.069	1.627.271

	Saldo em 31/12/2010	Realização	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	22	(22)	-	1	-	1
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	1	(1)	-	21.502	-	21.502
Superveniência de Arrendamento Mercantil	2.308.695	(411.525)	1.897.170	-	(782.424)	1.114.746
Outros	20	(7)	13	-	(9)	4
Total	2.308.738	(411.555)	1.897.183	21.503	(782.433)	1.136.253

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

13. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2012	31/12/2011
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	4.081.119	6.650.756
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	27.881	27.191
Provisão para Pagamentos a Eletuar	12.346	16.484
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 16.d)	-	59.340
Outras	19.720	22.727
Total	4.141.066	6.776.498
Circulante	2.343.910	2.807.336
Longo Prazo	1.797.156	3.969.162

14. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	981.290	125	27.066	904.715	267	23.693
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(125.791)	9	38.789	203.028	(102)	17.282
Baixas por Pagamento	(1.540)	-	(38.108)	(3.368)	(40)	(13.909)
Outros ⁽²⁾	18.736	-	-	(123.085)	-	-
Saldo Final	872.695	134	27.747	981.290	125	27.066
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	255.534	134	1.289	200.266	125	5.386
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	8.215	-	-	10.575	-	-
Total dos Depósitos em Garantia ⁽³⁾	263.749	134	1.289	210.841	125	5.386

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSSL.

⁽²⁾ Em 2011, refere-se, principalmente, a transferência para provisão para processos judiciais - responsabilidade de ex-controladores (Nota 14.h).

⁽³⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Obrigações

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$325.300 (31/12/2011 - R\$283.963): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$423.220 (31/12/2011 - R\$367.155): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Leasing - R\$43.273 (31/12/2011 - R\$52.777): discute-se a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) Leasing - Municípios Diversos da Sede - Em 31 de dezembro de 2011 correspondia ao valor de R\$219.315, referente a cobranças de ISS incidente sobre operações de leasing, por municípios diversos da sede, sobre contratos de arrendamento mercantil firmados naqueles municípios, sob alegação de que o imposto não teria sido recolhido. Em novembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça julgou o caso representativo da discussão (leading case) e decidiu pela competência, para a exigência do tributo, do Município sede do estabelecimento prestador. Com esse precedente, segundo opinião dos assessores legais, a perda decorrente por eventuais cobranças endereçadas por outros Municípios, que não a sede da sociedade, é considerada remota.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquixam no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$152.398 (31/12/2011 - R\$138.784), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$339.758 e cíveis de R\$6.046.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domicílio no país.

Em 28 de dezembro de 2011, o Bacen homologou o aumento de capital no valor de R\$3.927, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, aprovado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2010.

Em 9 de dezembro de 2011, o Bacen homologou a incorporação da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing e do aumento do capital no valor de R\$546.275 em decorrência da incorporação.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 27 de dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de setembro a dezembro de 2012, no valor de R\$112.300 (R\$0,01016782 em reais por ação e R\$0,00864264, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 29 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$400.000 (R\$0,03621662 em reais por ação), sendo que o valor de R\$200.000 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$200.000 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 31 de outubro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 26 de setembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de julho a setembro de 2012, no valor de R\$330.000 (R\$0,02987871 em reais por ação e R\$0,02539690, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de setembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 28 de dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de outubro a dezembro de 2011, no valor de R\$169.000 (R\$0,01530152 em reais por ação e R\$0,01300629, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2012, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 28 de setembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de março a setembro de 2011, no valor de R\$370.000 (R\$0,03350037 em reais por ação e R\$0,02847532, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 30 de setembro de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 28 de junho de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a fevereiro de 2011, no valor de R\$71.000 (R\$0,00642845 em reais por ação e R\$0,00546418, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 30 de junho de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 16 de maio de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço de 30 de abril de 2011, no valor de R\$250.000 (R\$0,02263539 em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 17 de maio de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares, no valor total de R\$2.768.217 (R\$0,25063860 em reais por ação), sendo que o valor de R\$1.384.109 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$1.384.108 da conta de reserva para reforço de capital de giro, e o pagamento foi efetuado em 22 de fevereiro de 2011.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o montante global anual de remuneração dos administradores para o ano de 2012, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2012 e 2011, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo: I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 6.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandeje S.A. (Banco Bandeje) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	01/01 a 31/12/2012		01/01 a 31/12/2011	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	29.890	-	46.221	-
Banco Santander ⁽³⁾	29.890	-	46.221	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	28.296.392	2.903.601	36.729.390	3.743.300
Banco Santander ⁽³⁾	28.296.392	2.903.601	36.729.390	3.371.863
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	-	371.437
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	2.619	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	2.619	-	-	-
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(35.767.196)	(2.816.547)	(32.995.982)	(3.432.176)
Banco Santander ⁽³⁾	(35.767.196)	(2.816.547)	(32.995.982)	(3.432.176)
Instrumentos Financeiros				
Derivativos (Nota 5.b)	(619)	(531)	(4.210)	(1.287)
Banco Santander ⁽³⁾	(619)	(531)	(4.210)	(1.287)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13) ⁽²⁾	-	(60.845)	(59.340)	(66.160)
Banco Santander ⁽³⁾	-	(60.837)	(59.338)	(65.892)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	(8)	(2)	(268)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2012, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$129.034 e de 3 a 12 meses de R\$28.167.358.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesa administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

⁽⁴⁾ Refere-se a subsidiária do controlador Banco Santander.

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012		01/01 a 31/12/2011	
Reversão de Provisões Operacionais Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 14.c)		260.215		-
Trabalhistas (Nota 14.c)		-		102
Outras		1.752		20.562
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso		82.505		133.830
Atualização de Depósitos Judiciais		26.784		30.836
Recuperação de Encargos e Despesas		18.424		27.110
Atualização de Impostos a Compensar		25.717		35.449
Outras		1.244		1.718
Total		416.641		249.607

⁽¹⁾ Inclui a reversão da provisão para riscos fiscais e previdenciárias do processo judicial do ISS Leasing - Municípios diversos da Sede (Nota 14.e).

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012		01/01 a 31/12/2011	
Provisões Operacionais Fiscais (Nota 14.c)		26.677		114.645
Trabalhistas (Nota 14.c)		9		-
Cíveis (Nota 14.c)		38.789		17.282
Outras		1.782		6.454
Comissões de Agenciamento		16.727		34.626
Descontos Concedidos		120.366		41.747
Gastos com Contratos em Atraso		14.131		33.144
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão		750		2.326
Outras		16.659		14.322
Total		237.890		264.546

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2012		01/01 a 31/12/2011	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		1.269.532		1.347.693
Juros sobre o Capital Próprio		(442.300)		(610.000)
Resultado antes dos Impostos		827.232		737.693
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social				
As Alíquotas de 25% e 15% Respetivamente		(330.893)		(295.077)
Despesas Indivisíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis IPR e CSSL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores		2.406		5.662
Demais Ajustes		103.739		(103.739)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(19.080)		(15.289)
		(205.668)		(377.865)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

22. Evento Subsequente

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013.

A referida redução de capital social apenas se tornará efetiva: (i) após homologação do Bacen; (ii) 60 dias após a publicação da ata da AGE que deliberou sobre a redução de capital social, sem que tenha havido oposição de credores; e (iii) após prévia aprovação da maioria dos debenturistas da Santander Leasing. A redução do capital social foi aprovado pelo Bacen em 5 de fevereiro de 2013.



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Pedro Paulo Longuini

Conselheiros

Carlos Alberto López Gaián

Luis Felix Cardamone Neto

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luis Felix Cardamone Neto

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Oscar Rodriguez Herrero

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Bauer - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da cartei-

ra de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Preparamos sua responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02 - NIRE nº 35.300.171.764

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE MARÇO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: 30 de março de 2012, às 9 horas, na sede social da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235 - Bloco A - 2º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito de voto, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". Presentes também, os representantes da empresa especializada Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Gilberto Duarte de Abreu Filho, Presidente da Mesa; Beatriz Arruda Outeiro, Secretária. **PUBLICAÇÕES LEGAIS: 1) Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"); e **2) Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes, publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico", em edição do dia 28 de fevereiro de 2012. **ABERTURA:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu aos Srs. Acionistas proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme faculta o § 1º, do artigo 130 da LSA, o que foi aprovado por unanimidade. **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; 2) deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva da Companhia a respeito da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e a respectiva distribuição de dividendos, nos termos da reunião realizada em 22 de fevereiro do corrente ano; e 3) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1) tomar conhecimento e ratificar a renúncia de Diretor da Companhia; 2) deliberar sobre a eleição de novos membros para compor a Diretoria Executiva da Companhia; 3) em razão do deliberado nos itens anteriores, confirmar a composição da Diretoria Executiva da Companhia; 4) substituir Diretor responsável por área de atuação perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ("SUSEP"); e 5) ratificar as indicações dos Diretores responsáveis por área de atuação perante a SUSEP, para fins de cumprimento do parágrafo único, do Art. 12, da Resolução CNSP nº 136, de 7 de novembro de 2005, e Carta-Circular SUSEP/DECON nº 05/06, de 29 de março de 2006. **DELIBERAÇÕES:** Após exame das matérias constantes da Ordem do Dia, os representantes dos Acionistas da Companhia **APROVARAM**, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes. As Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, conforme anexo IV da Circular SUSEP 424/2011, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estão apresentadas na forma de contabilização estabelecida pela Circular SUSEP 379/2008, conforme determinado pela Circular SUSEP 426/2011, tendo sido objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, conforme relatório dos auditores independentes apresentado aos Diretores; 2) deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva da Companhia a respeito da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e a respectiva distribuição de dividendos, nos termos da reunião realizada em 22 de fevereiro do corrente ano, no valor de **R\$ 135.050.033,89** (cento e trinta e cinco milhões, cinquenta mil, trinta e três reais e oitenta e nove centavos), da seguinte forma: (i) 5% correspondente a **R\$ 6.752.501,69** (seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e um reais e sessenta e nove centavos) para a conta "Reserva Legal", conforme determina o § 1º do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; (ii) do lucro líquido remanescente, 25% (vinte e cinco por cento) correspondente a **R\$ 25.074.383,05** (vinte e cinco milhões, setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e cinco centavos) para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, conforme determina o Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, correspondente a **R\$ 0.38805831** por ação ordinária, a serem pagos no dia 30 de março de 2012, sendo que o Acionista minoritário, Banco Santander (Brasil) S.A. renuncia o seu direito ao recebimento dos dividendos ora destacados, cujo valor será atribuído integralmente a acionista SANCAP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; (iii) do saldo remanescente, correspondente a **R\$ 103.223.149,15** (cento e três milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e quarenta e nove reais e quinze centavos), o montante de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais) como Dividendos Intercalares, nos termos do item II do § 3º do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia, apurados com base no balanço de 30 de novembro de 2011, conforme Reunião da Diretoria Executiva realizada em 29 de dezembro de 2011, os quais foram imputados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011 e pagos na mesma data, e o montante de **R\$ 96.223.149,15** (noventa e seis milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e quarenta e nove reais e quinze centavos) à conta de "Reserva para Equalização de Dividendos", nos termos do § 4º do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia; e 3) a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores em **R\$ 10.000,00** (dez mil reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1) tomar conhecimento e ratificar a (i) renúncia dos seguintes Diretores Executivos: Sr. Pedro Paulo Longuini (RG nº 8.645.275-7 SSP/SP e CPF/MF nº 025.986.508-75), conforme Carta protocolizada na Companhia em 23 de março de 2011; e do Sr. Hélio Flagon Outeiro Gonçalves (RG nº 21.922.968 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 118.201.258-23), conforme Carta protocolizada na Companhia em 14 de março do corrente ano; 2) eleger novos membros para compor a Diretoria Executiva da Companhia, com mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de

2013, a saber: **Diretor Superintendente Sr. Hugo Sergio de Assis Junior**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 24.863.176-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 775.811.805-49, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235; e a **Diretora Executiva Sra. Patricia Martins de Freitas de Oliveira**, brasileira, casada, atuarista, portadora da Carteira de Identidade RG nº 19.121.191-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 140.507.188-55, residente e domiciliada na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235. O Sr. Presidente da Mesa esclareceu que os Diretores ora eleitos, atendem as condições previstas na Resolução CNSP nº 136, de 7 de novembro de 2005, que revogou a Resolução CNSP nº 65, de 3 de setembro de 2001, ficando as respectivas posses condicionadas à homologação dos nomes pela SUSEP, sendo que o atual Diretor Superintendente, Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho (RG nº 22.884.756-4 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 252.311.448-86) permanecerá no cargo até a posse do Sr. Hugo Sergio de Assis Junior acima qualificado; 3) em razão do deliberado nos itens anteriores, fica **CONFIRMADA** a composição da Diretoria Executiva da Companhia, com mandato que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2013: **Diretor Superintendente Sr. Hugo Sergio de Assis Junior**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 24.863.176-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 775.811.805-49, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235; e **Diretores Executivos Srs. Amancio Acúrcio Gouveia**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 52.782.974-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 735.075.127-34, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Amador Bueno nº 474; **Angelo Oscar Agallano**, argentino, casado, executivo, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiro RNE nº V386505-U e inscrito no CPF/MF sob o nº 059.234.237-90, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235; **Nilo Sérgio Silveira Carvalho**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.623.500 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.442.898-30, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235; e **Patricia Martins de Freitas de Oliveira**, brasileira, casada, atuarista, portadora da Carteira de Identidade RG nº 19.121.191-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 140.507.188-55, residente e domiciliada na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235; 4) em razão da renúncia do Diretor Executivo, Sr. Hélio Flagon Fausino Gonçalves, em 14 de março de 2012, ratificar as seguintes indicações referentes às áreas de atuação perante a SUSEP: **a)** do atual Diretor Executivo, Sr. Amancio Acúrcio Gouveia, já qualificado neste ato: (i) pela área administrativa e financeira, nos termos do Art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; e (ii) pelas relações com a SUSEP, nos termos do Art. 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003, e Resolução CNSP nº 135/05; e **b)** atual Diretor Superintendente, Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho (RG nº 22.884.756-4 - CPF/MF sob o nº 252.311.448-86): (i) pelos controles internos, nos termos da Circular SUSEP nº 249, de 20 de fevereiro de 2004; e (ii) pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, nos termos do Art. 2º, parágrafo único, da Circular SUSEP nº 344, de 21 de junho de 2007; e 5) ratificar as indicações dos Diretores responsáveis por área de atuação, para fins de cumprimento do parágrafo único, do Art. 12, da Resolução CNSP nº 136, de 7 de novembro de 2005, e Carta-Circular SUSEP/DECON nº 05/06, conforme segue: **a)** **Amancio Acúrcio Gouveia**, (i) responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, nos termos da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004, conforme deliberado em Reunião da Diretoria Executiva de 27 de julho de 2009; (ii) pela área administrativa e financeira, nos termos do Art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003, conforme deliberado nesta presente Assembleia Geral Extraordinária; e (iii) pelas relações com a SUSEP, nos termos do Art. 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003, e Resolução CNSP nº 135/05, conforme deliberado nesta presente Assembleia Geral Extraordinária; e **b)** **Gilberto Duarte de Abreu Filho**, (i) pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro, nos termos do Art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003 e do Art. 2º, §2º, da Circular SUSEP nº 380, de 30 de dezembro de 2008, conforme deliberado em Reunião da Diretoria Executiva de 26 de dezembro de 2011; (ii) pelos controles internos, nos termos da Circular SUSEP nº 249, de 20 de fevereiro de 2004, conforme deliberado nesta presente Assembleia Geral Extraordinária; (iii) pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, nos termos do Art. 2º, parágrafo único, da Circular SUSEP nº 344, de 21 de junho de 2007, conforme deliberado nesta presente Assembleia Geral Extraordinária; e (iv) como responsável técnico, nos termos do Art. 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003, e Resolução CNSP nº 135/05, conforme deliberado em Reunião da Diretoria Executiva de 2 de agosto de 2006. Por fim, FOI CONSIGNADO em Ata que, tal como ocorreu nos anos anteriores, o Conselho Fiscal não será instalado no ano de 2012. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida por todos, achada conforme e assinada. São Paulo, 30 de março de 2012. Mesa: Gilberto Duarte de Abreu Filho, Presidente da Mesa; Beatriz Arruda Outeiro, Secretária. **ACIONISTAS: SANCAP INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES S.A.** - Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor Presidente e Amancio Acúrcio Gouveia, Diretor Executivo; e **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** - Amancio Acúrcio Gouveia, Diretor sem designação específica. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Presidente da Mesa: Gilberto Duarte de Abreu Filho, Secretária: Beatriz Arruda Outeiro. SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.** Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 51.159/13-2 em 29/01/2013. Gisela Siemena Ceschin, Secretária Geral.